

Refugiados:

Uma Emergência Humanitária

Carlos Coelho criticou a lentidão do Conselho e reclamou mais solidariedade *“não podemos deixar os países da linha da frente entregues à sua sorte”* e sublinhou que temos de agir rapidamente face a emergência humanitária.



Pg. 09



TARDE E POUCO

Não é sério prometer uma solução de curto prazo para a **crise dos refugiados**.

Não é possível, no imediato, derrotar o Estado Islâmico, devolver a paz à Síria e um Estado que funcione na Líbia. **Os problemas precisam de ser solucionados na origem** mas isso demora tempo.

Para já, o que se impõe é **responder ao drama humanitário**: Evitar que homens, mulheres e crianças continuem a morrer e **acolher os refugiados** que precisam de protecção internacional.

As propostas da Comissão são globalmente positivas e merecem o apoio do Parlamento, mas o Conselho aprova sempre o mínimo e é lento a decidir. Mas **quando temos de salvar vidas, ser lento a decidir pode ser tarde demais...**



Paulo Rangel cria Prémio europeu Lucas Pires

Pg. 07

Aprovado relatório de José Manuel Fernandes orçamento UE/2016

Pg. 03

Política de turismo Aprovado relatório da Comissão dos Transportes e Turismo com contributos de Cláudia Monteiro de Aguiar

Pg. 10

O Futuro dos Drones



A Comissão das Liberdades Cívicas Justiça e Assuntos Internos (LIBE) aprovou o Parecer sobre a utilização de **Drones** no âmbito da aviação civil, sendo relator sombra **Carlos Coelho**.


O Parecer, dirigido à Comissão dos Transportes e Turismo, evidencia as implicações desta nova tecnologia (designada de "**veículos aéreos não tripulados**") no âmbito dos direitos fundamentais, como a privacidade, mas também no que respeita à segurança.

Depois de ver aprovadas as suas propostas de

alteração o Deputado social-democrata afirmou "**é evidente o efeito disruptivo que os Drones terão na sociedade. Não são apenas novos meios de transporte, também potenciam brutalmente tecnologias já no mercado, como câmaras. Também por isso, esta é uma questão que deve ser abordada na Comissão LIBE. Foi isso que pretendemos ver reflectido no Parecer.**"

Por outro lado, acrescentou Carlos Coelho, "**não podemos ignorar que esta é uma indústria ainda embrionária na Europa. É por isso essencial ter em conta o seu potencial de crescimento. Ou**

seja, devemos potenciar a criação de um mercado europeu e assegurar que as Pequenas e Médias Empresas não são esmagadas com regulamentação."

As propostas de Carlos Coelho chamam a atenção para a **utilização civil mas também policial e militar dos Drones**. Sublinham a sua **crecente portabilidade e miniaturização** (actualmente a legislação comunitária apenas considerava os Drones com mais de 250 kg) e as **exigências de identificação, rastreabilidade e protecção de dados pessoais**. 

Orçamento da UE para 2016 promove o emprego e reforça o apoio aos refugiados

A criação de emprego é a prioridade central da proposta de orçamento geral da União Europeia para 2016 cuja resolução foi aprovada em plenário, com 434 votos a favor, 185 contra e 80 abstenções. Esta **proposta de orçamento com um montante de 157,4 mil milhões de Euros** deu luz verde às prioridades propostas pelo relator e Eurodeputado do PSD, **José Manuel Fernandes**: o combate à crise dos refugiados e o reforço da competitividade da União Europeia através do **"Emprego, Empresas e Empreendedorismo, designada por 3E's"**.

A proposta de orçamento da Comissão Europeia **foi reforçada pelo Parlamento Europeu em 2,8 mil milhões de euros.**

José Manuel Fernandes reitera *"que o orçamento da UE tem de estar à altura dos desafios da União e responder às urgências como é o caso da crise dos refugiados e a crise do leite. A Europa enfrenta uma situação grave, urgente e excepcional, que exige um financiamento adicional de 1,2 mil milhões de Euros, um valor que podemos extrair dos instrumentos de flexibilidade. Pretendemos reforçar os fundos, os programas e as agências que actualmente lidam com a crise da migração (Frontex, o GEAA, Europol, Eurojust, Cepol e FRA)"*.

"A par destes valores ainda adicionámos ao orçamento o segundo pacote de migração proposto pela Comissão no valor de 780 milhões de Euros e reforçámos em 20 milhões de Euros o primeiro pacote de migração, que cobrirá os custos de transferência das pessoas realojadas", sublinha o Eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes *"Reforçámos o orçamento para que a UE consiga suportar os enormes desafios que tem pela frente"*.

Este é um orçamento em que 94% é para investimento sendo apenas 6% para despesas de todas as instituições da UE. *"A proposta pretende também restabelecer 1,326 mil milhões de Euros ao Horizonte2020 e ao Mecanismo Interligar a Europa, que foram usados na constituição da garantia do plano Juncker e adicionar 473 milhões de Euros para permitir a continuidade da Iniciativa Emprego Jovem. Estes*




José Manuel Fernandes reitera "que o orçamento da UE tem de estar à altura dos desafios da União e responder às urgências como é o caso da crise dos refugiados e a crise do leite. A Europa enfrenta uma situação grave, urgente e excepcional..."

programas relacionados com a promoção do emprego e da competitividade na UE saem fortalecidos deste orçamento, reflectindo o nosso compromisso com as prioridades dos 3E's - Emprego, Empresas e Empreendedorismo" explicou José Manuel Fernandes.

Acresce à proposta de orçamento o pacote de apoio de emergência de 500 milhões de Euros de ajuda aos produtores de leite, que

sofrem as quedas dos preços dos seus produtos assim como o embargo Russo e o excesso de produção resultante da abolição das quotas leiteiras. Este montante servirá também para apoiar o sector do leite na conquista de novos mercados.

O Orçamento Geral da UE resulta de uma co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho. 

Fernando Ruas defende produtos tradicionais no quadro do Acordo Comercial com os EUA

No âmbito das negociações do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América (TTIP), o Parlamento Europeu aprovou um terceiro conjunto de recomendações à Comissão e ao Conselho (o primeiro relatório desta legislatura), que espelha os pontos de vista do Parlamento Europeu sobre as negociações, tendentes a criar um quadro regulamentar de comércio e investimento, naquela que será a maior zona de comércio livre do mundo.

No debate em plenário, **Fernando Ruas** afirmou que lhe: “[parece] inegável que o acordo com os Estados Unidos terá vantagens óbvias para os dois lados do Atlântico, traduzindo-se objectivamente em mais emprego, maior produção, mais escolha para os consumidores e também novas oportunidades para os cidadãos, em especial para os mais jovens”.

Contudo, chamou a atenção para o capítulo fundamental dos direitos de propriedade intelectual constantes do Acordo de Comércio, o qual assume importância capital para a UE e, mais concretamente, para Portugal, já que o nosso país possui um conjunto bastante diversificado de produtos cujo carácter distintivo, alta qualidade e reputação deverá continuar a ser protegido no quadro desta parceria transatlântica.



Com vista a assumir a sua posição de defesa das denominações de origem e das indicações geográficas, o Eurodeputado Fernando Ruas que interveio na qualidade de Membro da Comissão de Comércio Internacional, lembrou ainda a Comissária Cecília Malmsstrom da importância em proteger os produtos tradicionais europeus, através da “defesa das denominações de origem e das indica-

ções geográficas no quadro deste acordo, mas sempre, com vista a uma protecção mais ampla a nível global. É que muitas das nossas tradições europeias estão ligadas ao nosso território, que é, naturalmente, diverso. Além disso, representam relevantes fontes de rendimento e de fixação das populações no território, em diversas regiões da União”, concluiu. [E](#)

A Pena de Morte não é compatível com a Dignidade Humana

A propósito do **Dia Mundial contra a pena de morte**, **Carlos Coelho** apoiou a Resolução aprovada pelo Parlamento Europeu sobre a **Pena de morte**.

O Deputado reiterou que “**a pena de morte não é compatível com os valores que estão no centro do projecto europeu, com destaque para a Dignidade Humana. A sua**

reintrodução por um Estado-Membro constituiria uma violação flagrante da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e dos Tratados”. Lembrou também que “**são demasiados os países que a praticam, demasiadas as pessoas condenadas, demasiados os executados. São 33 países e pelo menos 2.466 condenadas e 667 executados, apenas em 2014**”.

Carlos Coelho concluiu evidenciando que “**a União não tem de liderar a alteração do status quo a nível mundial**”. Para tanto “**é necessário dar os primeiros passos, como traçar uma estratégia pelo Serviço de Acção Externa e pelos Estados-Membros que permita influenciar os nossos parceiros. Esta Resolução faz isto mesmo: apela aos - muito necessários - passos concretos para a abolição universal da pena de morte**”. [E](#)

Carlos Coelho insiste na inclusão do 112 como prioridade na Agenda Digital


O Eurodeputado **Carlos Coelho** interpe-
lou, em Bruxelas a Comissão Europeia
sobre a importância dada ao **Número
de Emergência Europeu** por esta instituição
no âmbito das suas **prioridades políticas
para 2016**.

A Comissão Europeia apresentou em Maio de 2015 a **Estratégia para o Mercado Único Digital** onde definiu um conjunto de ações específicas a concretizar até ao final do próximo ano. A Estratégia assenta em três pilares:

- 1) **Melhor acesso dos consumidores e empresas a bens e serviços digitais em toda a Europa;**
- 2) **Criação de condições adequadas e de condições de concorrência equitativas para o desenvolvimento de redes digitais e de serviços inovadores;**
- 3) **Optimização do potencial de crescimento da economia digital.**

Tendo em conta o pacote de medidas legislativas sobre o mercado único digital anunciadas, e em concreto, na área das telecomunicações, Carlos Coelho **questionou a Comissão Europeia sobre como é que esta instituição prevê incorporar o Número de Emergência Europeu 112** nesta ambiciosa agenda e quais são os benefícios e **realizações práticas para os cidadãos utilizadores deste número**.

Carlos Coelho vem há muito alertando para o **insuficiente e lamentável trabalho da Comissão Europeia neste domínio** em colégios anteriores tendo questionado à época o Comissário-indigitado Andrus Ansip se o Número de Emergência Europeu 112 seria uma prioridade no âmbito do mercado único digital da UE e o que seria feito concretamente pela Comissão Europeia nesta matéria.

O Deputado do PSD Carlos Coelho é Membro da Plataforma "**MEP 112 Champions**" em que os Deputados se comprometem a apoiar e promover a utilização eficiente do Número Europeu de Emergência 112 no seu país e nas políticas europeias. 



Carlos Coelho vem há muito alertando para o insuficiente e lamentável trabalho da Comissão Europeia neste domínio em colégios anteriores tendo questionado à época o Comissário-indigitado Andrus Ansip se o número de emergência europeu 112 seria uma prioridade...

Mais apoio para Universidades e PME na Economia do Mar

Cláudia Monteiro de Aguiar vê aprovadas as suas propostas no relatório sobre Economia Azul.

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre a Economia do Mar defendendo que a exploração sustentável do meio marinho pode contribuir para o aumento da riqueza e criação de emprego na União Europeia.

No Parlamento Europeu, Cláudia Monteiro de Aguiar manifestou a satisfação por terem sido incluídas várias das suas propostas tais como *“o desenvolvimento de um planeamento estratégico das atividades da Economia Azul a nível europeu, através de um plano de ação e meios de financiamento diretos para potencializar esta nova forma de crescimento sustentável que pode criar 7 milhões de postos de trabalho”*.

A Deputada madeirense foi a responsável do PPE, na Comissão Parlamentar das Pescas e Assuntos Marítimos, para acompanhar o relatório e apresentar alterações. O objetivo das propostas incluídas no relatório foi o de salvaguardar a importância que a aquacultura, a biotecnologia marinha, o turismo costeiro e a energia das algas assumem para o desenvolvimento estratégico de Regiões Europeias, sobretudo das Regiões Ultraperiféricas, como é o caso da Região Autónoma da Madeira.

Vários países europeus entendem que o **Crescimento Azul poderá ser uma área económica de elevado valor para atrair novos investimentos** que criem riqueza e emprego nas nossas regiões, sendo importante também trabalhar no sentido de apoiar a modernização das pescas e da construção naval, dois sectores fundamentais para o desenvolvimento do país.


Portugal irá alocar 400 milhões de Euros de fundos europeus a actividades relacionadas com o Mar, sendo esta uma área de forte potencial que todos devemos explorar de forma eficiente. O Governo Regional da Madeira está também a delinear uma Estratégia Integrada para o Mar que se deverá enquadrar na estratégia nacional e europeia anteriormente definidas, podendo estas propostas ser analisadas e consequentemente integradas caso constituam uma mais-valia estratégica para a valorização dos recursos marítimos da Madeira.



“Pretendo afirmar os Oceanos como um vector de desenvolvimento sustentável, sendo para tal necessário apoiar as Universidades, os Centros Tecnológicos mas também as PME bem como as startups que estão a desenvolver actividades relacionadas com o Mar e que contribuem para a geração de riqueza” defendeu Cláudia Monteiro de Aguiar nas propostas apresentadas e que foram alvo de aprovação pelo Parlamento Europeu.

Recorde-se que a Economia Azul representa 5,4 milhões de postos de trabalho e um valor

acrescentado bruto anual de quase 500 mil milhões de Euros, podendo-se assumir como um novo motor de crescimento da União Europeia que deve estar integrado com as Estratégias Macro-regionais, como por exemplo com a Estratégia do Atlântico.

O relatório intitulado *“Explorar o potencial da Investigação e Desenvolvimento na economia azul para criar emprego e crescimento”* foi aprovado no Parlamento Europeu por uma esmagadora maioria dos Deputados, sendo agora enviado ao Conselho, à Comissão Europeia e aos Estados-Membros. 

Paulo Rangel cria Prémio Europeu




Paulo Rangel criou um prémio europeu para homenagear anualmente personalidades que se tenham distinguido ao longo da sua carreira na divulgação dos valores europeus. Trata-se do European Ideas Network (EIN) Merit Award Francisco Lucas Pires. O primeiro agraciado com o prémio Lucas Pires foi o antigo Ministro e Deputado europeu Jaime Mayor Oreja que precedeu Paulo Rangel na presidência do EIN ao longo da última década.

A cerimónia de entrega do prémio decorreu em

O primeiro agraciado com o prémio Lucas Pires foi o antigo Ministro e Deputado europeu Jaime Mayor Oreja que precedeu Paulo Rangel na presidência do EIN ao longo da última década.

Copenhaga durante a Universidade de Verão do Grupo PPE, o evento mais relevante do maior grupo político da União Europeia. O Presidente do Grupo PPE, Manfred Weber e Paulo Rangel


entregaram o prémio. A viúva de Lucas Pires, e antiga Deputada ao Parlamento Europeu, Teresa Almeida Garrett, esteve presente na cerimónia. 

Sofia Ribeiro pede ao Comissário da Agricultura mais medidas para mitigar as consequências do embargo russo

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** foi uma das co-autoras de uma carta dirigida ao Comissário Phil Hogan, por parte dos Deputados do Partido Popular Europeu com assento na Comissão de Agricultura, a exigir mais medidas de apoio ao sector agrícola na sequência do prolongamento do embargo russo.

Segundo Sofia Ribeiro *“os agricultores não estão na origem desta crise política, mas são os principais penalizados, ao estarem sujeitos à perda de um importantíssimo mercado para as exportações europeias causada pelo embargo aos produtos agrícolas europeus por parte do governo russo, com especial incidência em sectores como o leite, hortícolas, frutícolas e carne de porco e aves.”*

De facto, após as sanções diplomáticas iniciadas pela União Europeia aquando da crise na Ucrânia em 2014, a Rússia respondeu com embargos económicos, especialmente no sector agrícola e alimentar, causando graves prejuízos para este sector europeu. Para a Eurodeputada *“o embargo russo gerou uma crise sequencial, pois ao não ser possível a exportação para a Rússia, os Estados-Membros vizinhos começaram a ter excedentes agrícolas que passaram a ser colocados nos mercados europeus, criando nova situação de excedentes vindos do leste e acabando por atingir todos os países europeus, mesmo aqueles que não tinham a Rússia como um importante destino de exportação. Um ano depois, verificamos que importa reforçar as medidas tomadas então pela Comissão Europeia e esta foi a principal razão desta carta enviada ao Comissário da Agricultura em que defendi, aquando da sua elaboração, que se desse um especial ênfase no sector do leite”*.

Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro afirmou que *“numa altura em que ocorreu simultaneamente o fim das quotas leiteiras, num momento de enorme instabilidade no sector do leite e de imprevisibilidade dos mercados, importa continuar e até aumentar as medidas tomadas pela Comissão Europeia com vista à compensação dos produtores afectados por esta situação que, repito, não têm qualquer responsabilidade mas são os principais prejudicados”*. 



Refugiados: Agir face à Emergência Humanitária

O Deputado **Carlos Coelho** declarou sobre a crise dos refugiados, na sessão plenária em Estrasburgo: “Os Estados-Membros têm de respeitar a Lei e cooperarem. **Exige-se à Comissão que exerça os seus poderes como guardiã dos Tratados e que assegure que as Leis de Schengen e do Asilo sejam respeitadas.**

O social-democrata sublinhou que “**estamos perante uma emergência humanitária.** A Comissão tem tomado a iniciativa apresentando boas propostas, mas **o Conselho quando decide fá-lo tarde e pouco.**”

“Uma vez mais o **Conselho falhou!** Precisamos de uma **solução europeia e solidária** e vários Estados-Membros olham para dentro de cada um de si e parecem reféns da retórica radical e populista. “A enorme dimensão do problema e a **reduzida escala da resposta europeia** está bem patente no facto de no **Conselho não conseguirem alcançar um acordo vinculativo para distribuir primeiro 40.000** refugiados e agora o reforço do acolhimento de 120.000 a distribuir pelos 28 Estados-Membros, quando **a Alemanha sozinha já anunciou estar pronta a receber 800.000** num só ano”.

“Há **Estados que compreenderam esta solidariedade**, como Portugal, a Alemanha, a França, a Suécia, a Irlanda, entre muitos outros. **Também há os que têm tentado bloquear qualquer solução** que permita responder às necessidades imediatas, ou uma **solução permanente** que permita uma solidariedade europeia independente da agenda mediática. Infelizmente **temos assistido a discursos oficiais e atitudes nalguns Estados** que fazem tábua rasa da História europeia, ignoram os nossos erros passados e **trazem de volta muros de racismo e xenofobia.**”

Relativamente à reintrodução dos controlos na fronteira entre a Alemanha e a Áustria, o social-democrata sublinhou “**tratar-se de uma decisão respeitável de quem está a dar o exemplo acolhendo mais refugiados do que todos os outros.** Importa recordar: **reintroduzir controlos, não é fechar fronteiras!**” E há quem reintroduza controlos para melhorar a recepção dos refugiados e os que o fazem para dificultar os acessos, fechar as fronteiras e atacar a livre circulação de



Schengen”. Para Carlos Coelho “Schengen não é ameaçado pelos refugiados, Schengen está a ser ameaçado pelo aproveitamento político de alguns governos e pela inacção do Conselho”.

O Parlamento Europeu aprovou uma **resolução conjunta sobre migração e refugiados** subscrita por **Carlos Coelho**. Destacam-se algumas políticas essenciais como **Schengen, retorno de migrantes, segurança nas fronteiras externas e integração.**

Carlos Coelho sublinha que “**estes refugiados têm de ser reinstalados rapidamente.** A União tem de unir esforços rapidamente para que o mecanismo de reinstalação comece a funcionar rapidamente e para que seja célere uma vez em funcionamento. Deve igualmente **apoiar os Estados-Membros no acolhimento e processamento de pedidos de asilo.** Segundo o Deputado social-democrata “situações como as que se vivem em KOS ou as irresponsabilidades que assistimos na Hungria apenas conduzem a tensões com as comunidades locais, mas também entre os Estados Schengen”.


No que concerne à segurança, refere ainda que “**é importante desfazer certos mitos.** Os verdadeiros terroristas estão já na Europa ou, como referiu António Guterres recentemente, utilizam meios mais sofisticados para entrar. Não arriscam a vida. E já temos medidas no terreno para combate ao terrorismo. **Nesta crise, no entanto, o que devemos realmente combater são os traficantes e não os refugiados!**”

A propósito do Conselho de Ministros de 13 de Setembro, Carlos Coelho em Estrasburgo exigiu ao Conselho que tenha presente:

- ▶ “que **não estamos perante uma crise de fronteiras, mas sim de refugiados!**
- ▶ que temos de **melhorar a nossa ajuda ao desenvolvimento**, mas não é atirando dinheiro para os problemas que eles se resolvem;
- ▶ que **não são os refugiados que colocam Schengen em causa**, mas a reacção e as medidas de alguns dos Estados-Membros;
- ▶ que **120.000 é um número insuficiente** para responder à dimensão do problema”.

O Deputado Social democrata sublinhou também que “**não basta remediar o presente, temos também de acautelar o futuro.**” Isso significa:

- ▶ “**Combater de forma eficaz** o maior foco de instabilidade na região e em particular na Síria: **o auto-intitulado Estado Islâmico.** De nada serve o habitual soft power europeu contra uma entidade tão difusa como o ISIS, se não for acompanhado por uma intervenção militar, como aliás a França já decidiu fazer;
- ▶ A Política Externa Europeia, bem como a **Ajuda Humanitária e para o Desenvolvimento**, necessitam de ser **reforçadas e estrategicamente direccionadas** (contribuir para a Paz nos territórios em guerra, com destaque para a **Síria**, pôr cobro à situação de vazio de poder na **Líbia**, entre outros);
- ▶ Uma **política de migração e asilo verdadeiramente europeia**, na senda do que - finalmente - a Comissão apresentou com a sua agenda para a migração que inclua **regular melhor a imigração legal e combater a ilegal e combater eficazmente os traficantes de seres humanos.**”

Por último, o Deputado sublinha o **desempenho exemplar de Portugal** que “**é o segundo país da Europa com melhores políticas de Integração**, tendo subido uma posição nos últimos anos. As últimas semanas provaram ainda, uma vez mais, que a **sociedade civil e os portugueses** são não só **solidários** como **capazes de acolher** os refugiados nesta crise que vivemos”. 

“Uma política europeia de Turismo que responda aos desafios do sector”

Foi aprovado em sessão Plenária o relatório “**Desafios e Conceitos para a promoção do Turismo na Europa**” com 485 votos favoráveis, 120 contra e 21 abstenções. **Cláudia Monteiro de Aguiar**, enquanto relatora-sombra do Partido Popular Europeu, responsável pela inserção completa de um capítulo para potenciar o Turismo Costeiro e Marítimo, conclui “*que o documento aprovado hoje com uma maioria expressiva identifica a situação actual do sector e os desafios que enfrenta*”.

Cláudia Monteiro de Aguiar refere que “*este documento identifica claramente os desafios que o sector enfrenta actualmente, como a digitalização e o mercado digital, a necessidade de mais e melhor formação, a par de uma requalificação dos recursos humanos. Não menos importante está a emergente questão da economia partilhada, as novas plataformas e novos modelos de negócio a esta associados, mas também o acesso ao financiamento de um tecido empresarial composto maioritariamente por micro e PME e a questão da conectividade das ilhas*”.

A estratégia apresentada contém também soluções concretas para **manter a Europa como o destino mais visitado do mundo** “*através de acções conjuntas que permitam a promoção da União como destino, apostando na criação de produtos e serviços transnacionais que permitam, também, combater a sazonalidade e atrair cada vez mais turistas por exemplo da China, da Índia, do Brasil*”.

Outra das medidas propostas pela Deputada é o “*envolvimento do sector privado no financiamento de programas de Estágios e Formação Profissional no Turismo, sobretudo para os jovens*”. Cláudia Monteiro de Aguiar desafiou a indústria a criar o seu próprio **Erasmus + Turismo**.


A Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar quer começar já a pensar no futuro e no 1º debate sobre o sector do Turismo propões à Comissão e aos colegas “*que a partir deste documento que estabelece propostas e áreas de actuação se crie um Plano de Acção de longo-prazo*”.



Outra das medidas propostas pela Deputada é o “envolvimento do sector privado no financiamento de programas de Estágios e Formação Profissional no Turismo, sobretudo para os jovens”. Cláudia Monteiro de Aguiar desafiou a indústria a criar o seu próprio Erasmus + Turismo.

Um plano conjunto que anualmente estabeleça as prioridades para onde devemos canalizar as nossas acções e financiamento existente para o sector do Turismo”.

A aprovação deste documento colocará em prática algumas das propostas apresentadas

pela Deputada madeirense, nomeadamente a realização anual de um Seminário com os Estados e as Regiões Costeiras, a tradução do Guia de Apoio ao financiamento para as Micro e as PME para as 24 línguas oficiais e uma agenda para a economia de partilha e as novas plataformas e modelos de negócios. 

Sofia Ribeiro debate tema da Base das Lajes com Devin Nunes e realiza périplo pela Diáspora

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** reuniu com o congressista **Devin Nunes** para debater a situação da Base das Lajes e a possibilidade de “cooperação futura entre o Parlamento Europeu e o Congresso Americano com vista à defesa dos interesses dos Açores”.


Sofia Ribeiro deslucou-se a Washington para participar na “*Semana Transatlântica*” a convite do importante Think-Tank “*Transatlantic Policy Network*” que reúne os decisores políticos e económicos dos dois lados do oceano atlântico, tendo aproveitado a sua estadia para reunir bilateralmente com o Congresso descendente de Açorianos. Segundo Sofia Ribeiro “*estando em Washington com reuniões ao mais alto nível, não poderia deixar de me encontrar com aquele que considero ser um grande amigo dos Açores, por tudo o que tem feito em prol da nossa Região, especialmente no que concerne à questão da Base das Lajes. Esta reunião foi de facto muito importante, porque permitiu-me estar a par dos mais recentes desenvolvimentos sobre a questão da Base das Lajes e a possibilidade de poder contribuir para esta estratégia do congressista Devin Nunes*”.

Quando questionada sobre que medidas concretas estão a ser tomadas, Sofia Ribeiro adiantou que “*neste momento decorre uma importante investigação sobre os relatórios que o Pentágono entregou ao Congresso e no qual defendia que a instalação do centro de inteligência na Base das Lajes seria muito mais onerosa do que no Reino Unido, uma vez que se suspeita de possível fraude. Bem, pelo menos há informações erradas, pois apontam um custo de 1,1 mil milhões de euros para a instalação nas Lajes, dos quais 500 milhões de euros seriam para construção de habitações, pois indicam que não existem habitações disponíveis na ilha Terceira. Ora, todos nós sabemos que tal não é verdade.*”



Neste sentido, pedi já uma reunião ao Cônsul dos Estados Unidos nos Açores para abordarmos esta questão e fazer chegar aos decisores políticos americanos esta informação mais fidedigna, apoiando Devin Nunes na sua acção junto da Casa Branca e do Congresso”.

A Eurodeputada teve igualmente contactos com as Comunidades Açorianas. Segundo Sofia Ribeiro “*estando nos Estados Unidos, não*

poderia deixar de me encontrar com a nossa Diáspora, numa lógica de proximidade e de estabelecimento de pontes entre o Parlamento Europeu e as nossas Comunidades”. Reuniu com os responsáveis da Casa dos Açores da Nova Inglaterra e com o Centro Comunitário “Amigos da Ilha Terceira. Paralelamente teve uma reunião com o Conselheiro das Comunidades Portuguesas nos Estados Unidos e com o Presidente da Direcção da PALCUS”. 

Sofia Ribeiro pressiona instituições europeias sobre o leite




A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** interveio na sessão plenária de Estrasburgo, alertando a Comissão Europeia para que “tenha a noção dos efeitos no mercado laboral das suas políticas noutros sectores”, numa referência ao que se está a passar na fileira do leite.

De facto, a diminuição do preço do leite pago ao produtor e a consequente redução do seu rendimento, está a levar o sector a uma situação dramática. Segundo Sofia Ribeiro “o fim do regime de quotas leiteiras está a resultar numa degradação do emprego, fruto da contínua e abrupta queda do preço do leite, com especial impacto em Regiões mais vulneráveis, como as Regiões Ultraperiféricas, como é o caso da minha Região, os Açores,” tendo questionado o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovski, “se a Comissão prevê compensar os trabalhadores agrícolas atirados para uma situação precária de emprego? Com que mecanismos?”.

A Eurodeputada desencadeou também uma série de diligências junto do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia para chamar a atenção para a consequência das suas decisões, especialmente nos territórios mais distantes do centro europeu. Para Sofia Ribeiro “é fundamental que consigamos pressionar a Comissão Europeia através de todos os meios possíveis e sensibilizar os nossos colegas no Parlamento Europeu para a situação de emergência que o sector do leite atravessa, especialmente nos Açores, em que é um sector estrutural para a nossa economia”, tendo prosseguido “foi neste sentido que, em conjunto com os meus colegas do PPE, enviei uma carta ao Comissário a alertar para a situação do sector agrícola nas Regiões Ultraperiféricas, bem como, juntamente com os meus colegas espanhóis do PPE, apresentei uma questão escrita à Comissão Europeia a solicitar o aumento dos preços de intervenção pela Comissão. Fui também co-autora, juntamen-

te com a delegação portuguesa do PPE e de outros Eurodeputados, de uma proposta de declaração escrita no Parlamento Europeu, também para solicitar o aumento dos preços de intervenção da Comissão e apresentei à Comissão Europeia, nova questão sobre a crise do leite nos Açores”.

A finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro concluiu que “Os 500 milhões de euros anunciados pela Comissão são muito importantes, mas importa agora fazer pressão e sensibilizar os decisores políticos que estarão presentes nas próximas reuniões técnicas, que terão lugar já na próxima semana no Luxemburgo, para que tenham em consideração as nossas necessidades. É importante que Portugal e consequentemente os Açores, possam ser devidamente compensados e protegidos por esta má decisão, que não teve em conta outros factores que não económicos. Não podemos parar na defesa dos interesses do sector agrícola da nossa Região.” 

Agilizar Vistos e Promoção Conjunta para receber mais Turistas na União foram temas centrais de Trends&Dynamics '15



Agilizar processos de Vistos e a criação da Marca Europa foram os temas mais debatidos na 1ª Conferência Internacional Trends & Dynamics | *Untapping the potential of the EU Tourism sector*, organizada pela Deputada Europeia **Cláudia Monteiro de Aguiar**.

A sala Belém do Hotel Pestana Palace, com lotação esgotada, acolheu um debate intenso sobre as tendências e dinâmicas que o Sector do Turismo atravessa no momento. O debate ganhou dimensão no painel *Europe as a Brand: Are You in?* quando as perspectivas divergiram face à possibilidade da criação de uma Marca Europa, dando espaço à audiência para uma participação activa e interessada. No entanto houve consenso quando à necessidade de fazer um trabalho conjunto na criação de serviços e produtos transnacionais temáticos, surgindo como bom exemplo as rotas culturais europeias e o turismo de cruzeiros.

Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar *“foi uma manhã extremamente positiva e creio que o objectivo da promoção desta Conferên-*

cia ganhou mais sentido. Precisamos colocar o Turismo na Agenda Europeia. Não pode ser apenas um sub-sector perdido na Comissão Europeia”.


Esta foi também uma das mensagens passadas pela Eurodeputada na abertura do evento, que demonstrou em números o peso do Turismo no PIB da União e como este Sector é estratégico para a economia e gerador de emprego.

O painel *Europe's Economy X Factor* teve como oradores Elizabeth Winkle, Directora-Geral da STR Global, Carlo Corazza, Chefe da Unidade de Turismo e Indústria Emergentes e Criativas na Comissão Europeia, e João Cotrim de Figueiredo, Presidente do Turismo de Portugal.

O segundo painel contou com a participação de Eduardo Santander, CEO da European Travel Commission, e Pedro Pina, Global Client Partner da Google. Um painel extremamente dinâmico e actual onde ficou demonstrado que a tecnologia, a criatividade e o mercado digital e a respectiva adaptação e a transfor-

mação dos produtos e serviços a oferecer aos clientes é urgente. Pedro Pina da Google colocou a plateia com mais de 200 participantes a interagir numa demonstração com objectivo de transmitir que quem não está nas plataformas digitais, não hesite.

O terceiro painel foi dedicado às boas práticas: *Destination Europe' – Lets focus on good practices*, com Alex Martin Furber, Vice-Presidente e Director-geral da American Express, e Antonio López de Ávila Muñoz, presidente da SEGITTUR. Neste último painel demonstrou-se exemplos de sucesso, como a Marca Global American Express na promoção e no negócio das viagens, e em Espanha o projecto inovador de promoção do País como *smart destination*.

Adolfo Mesquita Nunes, Secretário de Estado do Turismo encerrou a 1ª Conferência Internacional enaltecendo a criatividade e a inovação que surge dentro do sector, nas Pequenas e Médias Empresas dedicadas ao Turismo bem como a necessidade de uma maior desregulamentação para permitir ao sector maior competitividade. 

Fernando Ruas eleito co-presidente do Grupo para as Relações com os Países Lusófonos

Foi constituído o Grupo do PE para as relações com os Países de Língua Oficial Portuguesa em Bruxelas, na presença de diversos representantes diplomáticos dos países lusófonos.

Nessa reunião constitutiva, foram ainda eleitos, por consenso, os co-presidentes, provenientes de 6 grupos parlamentares diferentes e de 3 distintos Estados-Membros: **Fernando Ruas** (PPE, PT), Carlos Zorrinho (S&D, PT), José Inácio Faria (ALDE, PT), Charles Tannock (ECR, UK), Jordi Sebastia (VERDES, ES) e Lidia Senra Rodríguez (GUE, ES).

Este grupo informal criado no seio do Parlamento Europeu pretende aprofundar as relações com os países lusófonos, promover uma maior interacção e um melhor conhecimento dos países de língua oficial portuguesa na Europa no âmbito da Política de Vizinhança e das relações externas da União Europeia - em particular com os Países ACP (África, Caraíbas, Pacífico).

Fernando Ruas salientou que se pretende com este Grupo maximizar as relações históricas e o património linguístico comum dos países lusófonos, o que permitirá potenciar as relações económicas, diplomáticas, sociais e culturais entre a Europa e os continentes africano, americano (América do Sul) e asiático (Extremo Oriente) mas igualmente e de uma forma indirecta, com outras Regiões do globo onde exista (ou tenha existido) uma presença portuguesa relevante.

Nesta reunião inaugural, Fernando Ruas salientou *“a importância da criação deste grupo para a afirmação e divulgação da Língua Portuguesa”* e espera que *“os fortes laços históricos que unem os países lusófonos extravasem a sua fronteira linguística e representem um elemento adicional de projecção internacional dos seus valores culturais e de maior ligação*



Fernando Ruas salientou *“a importância da criação deste grupo para a afirmação e divulgação da Língua Portuguesa”* e espera que *“os fortes laços históricos que unem os países lusófonos extravasem a sua fronteira linguística e representem um elemento adicional de projecção internacional dos seus valores culturais e de maior ligação entre os diversos povos europeus e os povos e nações africanas, o Brasil e Timor Leste”*.

ção entre os diversos povos europeus e os povos e nações africanas, o Brasil e Timor Leste”.

Convém recordar que, em termos populacionais, se trata de uma comunidade linguística com mais de 261 milhões de falantes, sendo o português a 5ª língua mais falada no mundo, a 3ª mais falada no hemisfério ocidental e a mais falada no hemisfério sul. A título de curiosidade e, segundo dados de 2010, o PIB a preços correntes dos Países da CPLP

estimava-se em 2.470.625 milhões de dólares americanos, o que significa que se esta comunidade fosse um só país, seria a sexta economia mundial.

Além disso, os países lusófonos são absolutamente vitais nas relações europeias com o continente africano e também no âmbito do Acordo de Parceira ACP-UE, assinado em Cotonou, em que 7 dos 79 países ACP são membros da CPLP.

Defesa de Legislação europeia para valorizar e proteger o artesanato

Valorizar, proteger e inovar o artesanato

Na sequência da aprovação no Parlamento Europeu do relatório que defende um sistema harmonizado de proteção das indicações geográficas para produtos não agrícolas, o Eurodeputado **José Manuel Fernandes** defende que a nova legislação irá assegurar *“inovação nos processos de produção tradicionais e a criação de novas empresas”*.

Na intervenção em plenário em defesa do relatório – aprovado por larga maioria, com 608 votos a favor, 43 contra e 43 abstenções –, José Manuel Fernandes apontou o exemplo do Minho e dos Lenços de Namorados para demonstrar as potencialidades económicas do artesanato e o seu impacto positivo na coesão social e territorial.

“Esta legislação deve promover a inovação nos processos de produção tradicionais e a criação de novas empresas, tal como tem acontecido em Portugal e sobretudo no Minho, como provam os Lenços de Namorados de Vila Verde e a iniciativa Namorar Portugal”, declarou o eurodeputado português.

José Manuel Fernandes – que promoveu já no Parlamento Europeu uma ação de promoção dos Lenços de Namorados e dos produtos Namorar Portugal – destacou que *“as microempresas e as pequenas empresas são responsáveis por cerca de 80% dos produtos locais típicos”*.


A par dos lenços de namorados, o Eurodeputado realçou igualmente o trabalho desenvolvido com os bordados de Viana, os bordados de Guimarães e a Máscara de Vinhais, enquanto *“exemplos de produtos que podem beneficiar da legislação”* que defende.

“Considero que as tradições reforçam as nossas raízes e promovem o desenvolvimento. Portugal é riquíssimo no artesanato, nos bordados e na cerâmica”, sustentou José Manuel Fernandes, responsável pela posição do parlamento Europeu relativamente ao orçamento geral da UE para 2016.



“Esta legislação deve promover a inovação nos processos de produção tradicionais e a criação de novas empresas, tal como tem acontecido em Portugal e sobretudo no Minho, como provam os Lenços de Namorados de Vila Verde e a iniciativa Namorar Portugal”, declarou o eurodeputado português.

Na sustentação da aprovação do relatório e da importância de assegurar aos produtos artesanais um sistema europeu de proteção das indicações geográficas, o eurodeputado do PSD alegou que, *“desta forma, protegemos o método de produção, amarramos o produto ao local, preservamos os conhecimentos e os empregos e damos informação*

fidedigna ao consumidor”. Seguindo a solicitação do Parlamento Europeu, a Comissão deverá avançar com legislação que – no entender de José Manuel Fernandes – deverá garantir que *“o registo seja simples, sem burocracia ou custos e que sejam os produtores e as suas associações a solicitarem o pedido de proteção”*. 

Mercado único é potenciador de PME de base familiar e produção diversificada

O mercado único europeu representa um **potencial económico de grande importância para as empresas portuguesas**, nomeadamente para as pequenas e médias empresas, incluindo de base familiar e de produção não massificada. É a garantia dada pelo eurodeputado **José Manuel Fernandes**, apontando como exemplo uma empresa fabricante e distribuidora de material ortopédico e dispositivos médicos e hospitalares, localizada no concelho de Guimarães.

Em visita à Orthos XXI, José Manuel Fernandes valorizou o exemplo de uma empresa familiar, nascida há quase 30 anos e que, mantendo a opção pela produção diversificada de artigos, conseguiu evoluir de uma atividade centrada no mercado nacional e passou a assumir o mercado europeu como um espaço de oportunidades, num contexto concorrencial e de competitividade mais exigente. Essa evolução permitiu passar de uma facturação anual de 50 mil euros para 6 milhões de euros e um quadro de 70 trabalhadores, nos dois polos da empresa localizados no Avepark e em Santa Leocádia de Briteiros, na área de residência dos fundadores da empresa.

“Esta mentalidade empreendedora e competitiva é hoje uma característica mais evidente nos empresários portugueses, e com especial referência no Minho e Norte de Portugal, em diferentes sectores de atividade”, salientou o eurodeputado.

José Manuel Fernandes fez questão de elogiar *“a capacidade dos empresários em aliar as suas competências de gestão e de avaliação permanente da ondulação dos mercados e dos impactos da concorrência e da competitividade internacional, a uma proximidade*



forte e permanente com o setor produtivo e os seus trabalhadores”.

“É uma marca muito própria das PME, que representam dois terços dos postos de trabalho no setor privado e 99% das empresas na Europa, e que as tornam mais capacitadas para responder à volatilidade da economia”, apontou o Eurodeputado, que depois de ter visto aprovado o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos – o Plano Juncker – está agora a trabalhar na preparação do orçamento da União Europeia para 2016.

Na visita à Orthos XXI, José Manuel Fernandes ficou a conhecer as diferentes fases de trabalho de uma empresa que dispõe de um alargado leque de produtos de fabrico próprio

(cadeiras manuais e eléctricas, canadianas e demais ajudas de marcha, camas hospitalares e geriátricas e outro equipamento hospitalar). Com acordos com empresas nacionais e internacionais para a distribuição dos seus produtos, oferecendo um amplo catálogo nos sectores médico e ortopédico.

Para os responsáveis da empresa, o facto de ser fabricante europeu permite “a possibilidade de desenvolver e customizar produtos à medida das necessidades específicas dos utilizadores finais (essencialmente pessoas portadoras de deficiência e seniores), nas várias gamas. Distinguida com os galardões PME Líder e PME Excelência em 2013, a Orthos XXI exporta grande parte da produção para países europeus e outros mercados. 